

## Análise do Relatório Final da Conferência Nacional Livre Democrática e Popular de Saúde – Frente Pela Vida, 2023<sup>1</sup>

Camila Ramos Reis<sup>2</sup>

Jamilli Silva Santos<sup>3</sup>

Carmen Fontes Teixeira<sup>4</sup>

### Introdução

A Frente pela Vida (FPV) é uma coalizão de sujeitos políticos criada em maio de 2020 em resposta à gravidade da crise sanitária da pandemia de Covid-19 e à omissão e negacionismo do então Governo Federal (GF) no seu enfrentamento. Engloba entidades científicas, organizações e movimentos representativos de diversos segmentos da sociedade civil (como mulheres, população negra, LGBTQIA+, indígenas, trabalhadores urbanos e rurais, profissionais, estudantes, professores, usuários e instâncias do controle social do Sistema Único de Saúde - SUS, além de representações ligadas à diversas igrejas) em torno de seis princípios e diretrizes fundamentais, quais sejam: o direito à vida, o estabelecimento de medidas de prevenção e controle da pandemia da Covid-19, a defesa do SUS, a solidariedade com os grupos mais vulneráveis, em especial, a preservação do meio ambiente e da biodiversidade, e por fim, a defesa da democracia e do respeito à Constituição Federal de 1988 (CF88) (FPV, 2023; SANTOS E TEIXEIRA, 2023).

Ao longo dos anos 2020 e 2021 a FPV consolidou-se como importante ator social (PAIM, 2023) diante da complexa conjuntura brasileira marcada pela confluência de múltiplas crises, protagonizando um grande conjunto de ações,

<sup>1</sup> O texto contou com a contribuição do professor Jairnilson Paim, coordenador do Eixo 1 do OAPS, na concepção e revisão final.

<sup>2</sup> Doutoranda em Saúde Pública. PPGSC- ISC-UFBA. Sanitarista. Pesquisadora do Eixo 1 do OAPS.

<sup>3</sup> Doutoranda em Saúde Pública. PPGSC- ISC-UFBA. Enfermeira. Pesquisadora do Eixo 1 do OAPS. Professora da Escola de Enfermagem – UFBA.

<sup>4</sup> Professora titular (aposentada) do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA. Docente do PPGSC – ISC-UFBA. Pesquisadora do Eixo 1 do Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS).

incluindo críticas à ação/omissão do Estado na condução da política de saúde diante da Covid-19, denúncias do negacionismo e ação irresponsável do GF na condução da pandemia e do desmonte das áreas de Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia<sup>5</sup>. Paralelamente, a FPV atuou na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 ([ABRASCO et al., 2021](#)) e outros documentos que elencaram medidas cientificamente embasadas nas áreas de saúde, educação e assistência social, para a contenção da pandemia (ABRASCO, 2023; CEBES, 2023).

Tendo em vista a consolidação de sua participação na cena política brasileira e a centralidade das eleições presidenciais, a FPV direcionou suas ações, no ano de 2022, para a discussão de projetos de saúde e de país necessários à recuperação do Brasil. Assim, em fevereiro de 2022, convocou a Conferência Nacional Livre Democrática e Popular de Saúde (CNLDPS<sup>6</sup>), com o objetivo de mobilizar amplos segmentos da sociedade brasileira a discutir propostas para a política de saúde do país, como parte do movimento de preparação da 17ª Conferência Nacional de Saúde (17ªCNS) convocada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) para 2023 (FPV, 2023).

O lançamento da CNLDPS ocorreu no dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde. Nos meses seguintes foram realizadas etapas estaduais, setoriais e encontros de movimentos, cujas discussões e propostas foram levadas para a etapa nacional da

<sup>5</sup> A FPV promoveu ainda ações de mobilização social com a realização de atos públicos virtuais (Marchas pela Vida – Junho de 2020 e 2021), Campanhas (O Brasil precisa do SUS), Webinários, manifestações de rua, além do acionamento das demais instâncias do Estado, como representantes do Executivo estadual e municipal (governadores e gestores), poder Legislativo (através de cartas, audiências, envio de documentos à CPI da Covid) e poder Judiciário, para fazer cumprir as orientações sanitárias cientificamente embasadas de enfrentamento à pandemia.

<sup>6</sup> O processo preparatório da CNLDPS incluiu o lançamento de documentos preparatórios (1. Relatório da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8); 2. Fortalecer o SUS, em Defesa da Democracia e da Vida (Abrasco, 2020) Propostas para gestores da saúde - no âmbito municipal, estadual e federal - para a construção de um SUS melhor; 3. Tese 2021-2022 do CEBES; 4. CONCLAT 2022 (Documento propositivo unitário das 10 maiores centrais sindicais brasileiras aprovado na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora em 7/04/2022; 5. Superar a crise para reconstruir o Brasil (Plataforma assinada por mais de 100 entidades e organizações de movimentos sociais e populares brasileiros com proposições emergenciais em 10 diferentes eixos; 6. Diretrizes para a Política de Saúde do Brasil, além da realização de lives com a mobilização de diversos atores ligados às diversas instituições científicas que compõem a FPV, que discutiram temas estratégicos para a definição dos rumos da política de Saúde no país.

CNLDPDS, realizada no dia 5 de agosto de 2022, Dia Nacional da Saúde, que contou com a presença do então candidato a presidente, Lula, que recebeu da FPV uma carta compromisso com diretrizes para a política de saúde (FPV, 2023).

O Relatório Final da CNLDPS<sup>7</sup> (RF-CNLDPDS) visa “*contribuir com o futuro governo, especificando temas que consideramos de alta relevância, em função da centralidade da saúde, do papel fundamental do SUS e da sua associação direta com a democracia*” (FPV, 2023, p.6) e apresenta, de forma clara e objetiva, as propostas produzidas a partir das contribuições recebidas ao longo das mais de 120 atividades realizadas nas etapas preparatórias. Isto resultou em seis eixos de propostas consideradas estruturantes para a política de saúde no Brasil, incluindo as relações entre Saúde e Democracia, Saúde e Desenvolvimento, Saúde, Inclusão Social e Gestão do Trabalho, além de aspectos relativos à sustentabilidade e fortalecimento do SUS, e Políticas de Saúde para grupos populacionais vulnerabilizados.

Considerando a relevância desse documento, o objetivo deste texto é descrever sucintamente o conteúdo do RF-CNLPS e analisar as ações e medidas prioritárias propostas para a reconstrução da política de saúde e fortalecimento do SUS.

---

<sup>7</sup> O relatório é assinado pela Operativa Nacional da Frente pela Vida (Associação Brasileira de Economia da Saúde – ABRES; Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO; Associação Rede Unida - REDE UNIDA; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES; Sociedade Brasileira de Bioética – SBB e Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade – SBMFC). Sua estrutura compõe-se de três seções principais: um RESUMO; uma INTRODUÇÃO, que aborda três tópicos (um pouco da história da FPV; a Conjuntura Atual, o Sus e o Combate ao Neoliberalismo e o processo de mobilização da Conferência Nacional Livre Democrática e Popular de Saúde); e, por fim são apresentadas as Diretrizes para a política de saúde no Brasil, em número de seis (1. Saúde e Democracia; 2. Saúde e Sustentabilidade do SUS; 3. Um SUS melhor para cada brasileiro; 4. Saúde e Desenvolvimento; 5. Saúde, Inclusão Social e Gestão do Trabalho; 6. Políticas de Saúde para grupos populacionais vulnerabilizados). Essas três seções perfazem um total de cerca de 25 páginas e sistematizam as principais contribuições da CNLDPS. O relatório contempla, ainda, outras 184 páginas de anexos, nos quais são discriminadas as contribuições das conferências livres dos estados e de entidades diversas, além de moções e manifestos (FPV, 2023).

## **Análise da situação de saúde**

O relatório apresenta uma contextualização da conjuntura atual, indicando alguns aspectos importantes a serem considerados na análise da situação de saúde no Brasil, ressaltando a crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19, que deixou milhares de vítimas no Brasil, entre mais de 700 mil óbitos e outros tantos casos de sequelas da doença. Destaca também a hegemonia de uma lógica privatista no sistema de saúde, aprofundada a partir da EC-95 e outras medidas adotadas pelos governos neoliberais nos últimos anos, que facilitaram a captura mercantil da gestão pública, o avanço do processo de privatização dos serviços e o aprofundamento da precarização das condições de trabalho no SUS (FPV, 2023).

Tal situação gerou uma enorme pressão sobre o SUS, tanto pelo aumento da demanda decorrente do acompanhamento dos casos de Covid durante o período mais intenso da pandemia, quanto pela necessidade de atenção à demanda reprimida relacionada a outros agravos e condições crônicas, quando a população voltou a frequentar os serviços de saúde, cujos atendimentos foram suspensos ou reduzidos durante a vigência das medidas de distanciamento físico.

Assim, o relatório destaca que, apesar da valorização do SUS na pandemia, persistiram e se agravaram problemas estruturais, como a persistência de vazios assistenciais, a dificuldade da Atenção Primária à Saúde (APS) se configurar como coordenadora do cuidado, a frágil regulação de acesso à atenção especializada, a baixa valorização das ações de vigilância em saúde, a falta de uma política de gestão do trabalho compatível com as atribuições do SUS e a valorização dos/as trabalhadores/as, a desregulamentação e desfinanciamento do SUS e carência de investimentos no complexo industrial estatal da saúde (FPV, 2023).

Além disso, a pandemia aprofundou desigualdades sociais, gerando aumento da vulnerabilidade social, das iniquidades em saúde e das violações de direitos humanos, e, mais ainda, agravou a situação de precariedade sanitária de populações mais vulneráveis, classificada como verdadeira política de extermínio desses grupos (SANTOS, OLIVEIRA e OLIVEIRA-CARDOSO, 2020). Consequências



de uma política econômica excludente e agressiva em relação às pessoas, ao meio ambiente, à cooperação internacional e às instituições da democracia, sobretudo no que se refere à direcionalidade imposta às políticas econômica e sociais pelo governo derrotado nas eleições de 2022.

### Propostas de ações e medidas prioritárias

O relatório reafirma princípios da Reforma Sanitária Brasileira, destacando a defesa da democracia (Box 1), a importância de uma reforma democrática do Estado (Box 2) que contemple o fortalecimento da participação social no processo de formulação de políticas públicas e apresenta um conjunto de propostas relativas à retomada de um projeto de desenvolvimento voltado à redução das desigualdades e iniquidades sociais, contemplando, especificamente, propostas de política econômica que garantam a sustentabilidade do SUS. Além disso, apresenta propostas específicas com relação à reconstrução de políticas, programas, ações e serviços de saúde desmontados no período anterior e enfatiza propostas dirigidas ao fortalecimento da gestão pública, democrática e participativa do SUS (Quadro 1).

#### Box 1

*“A questão democrática é transversal a todos os temas. Não há SUS sem democracia nem democracia sem uma política de acesso universal a cuidados de saúde. A democracia está incorporada à diretriz de controle social do SUS, efetivada através dos Conselhos e das conferências, fóruns de participação direta da comunidade” (FPV, 2023, p. 8-9).*

#### Box 2

*“Defesa de uma Reforma Democrática do Estado que permita a recompor a liquidação do serviço público ocorrida no governo Bolsonaro e que fortaleça a gestão estatal do SUS, efetivamente pública, republicana, moderna, eficiente, transparente, democrática, participativa e sob controle social” (FPV, 2023, p. 17).*

## Quadro 1 - Propostas apresentadas pelo relatório distribuídas por grupo temático

### Financiamento da saúde

- Revogar a Emenda Constitucional 95 e outras medidas restritivas ao investimento público;
- Extinguir a Desvinculação de Receitas da União (DRU);
- Realizar reforma fiscal para redistribuir a carga tributária respeitando o princípio da capacidade contributiva;
- Regular o mercado financeiro e rever normas que permitem a renúncia fiscal (abatimentos da base de cálculo do imposto pago por pessoa física e pessoa jurídica, mediante comprovação de gastos com planos, profissionais e serviços de saúde), e que na prática funcionam como subsídio de mercado (gastos tributários);
- Fortalecer a Seguridade Social e revisar seu orçamento, recompondo-o e reparando as perdas sofridas com a precarização do trabalho e os benefícios tributários a empresas e adequando-o ao cumprimento da CF88;
- Defender um SUS 100% público reforçando-o como política de Estado definida na CF 88;
- Propor PEC emergencial em 2023, para garantir que o piso federal da saúde corresponda à média dos valores da aplicação federal em 2020 e 2021 acrescida da variação do IPCA (mudança do perfil demográfico e que compense a iniquidade verificada nos últimos anos);
- Propor um novo piso federal da saúde a partir de 2025 correspondente a um valor *per capita* similar ao aplicado nos países com sistemas de saúde de acesso universal, de modo a garantir um financiamento estável do SUS, possibilitando seu crescimento percentual em relação ao gasto total em saúde para no mínimo 60%;
- Aumentar progressivamente os recursos federais destinados à APS para superar o subfinanciamento histórico da ESF;
- Garantir o ressarcimento ao SUS das Operadoras de Planos de Saúde com agilidade e rigor;
- Garantir participação tripartite no financiamento, provimento, seleção, contratação e formação dos profissionais de Saúde.

### Reconstrução de políticas, programas ações e serviços de saúde

- Promover política pública que articule a atenção à saúde, o ensino e a ciência & tecnologia voltada para o desenvolvimento da excelência e de uma inteligência pública na área das tecnologias digitais em saúde;
- Garantir a promoção da saúde e organização do modelo de atenção à saúde no SUS, com ampliação e fortalecimento das ações de saúde coletiva;
- Incentivar políticas intersetoriais que incidam sobre questões que afetam diretamente a saúde (envelhecimento, violência, obesidade e fome, moradia, climáticas);
- Identificar e enfrentar os vazios assistenciais, organizando ações e serviços de saúde por meio de redes integradas de atenção;

- Fortalecer a APS: integral, resolutive, territorial, comunitária e integrada à rede do SUS; ampliação da cobertura; revogar o Programa Previne Brasil e retomar o Programa Mais Médicos.
- Implementar a Reforma Psiquiátrica e uma Política de Drogas que garanta a inclusão social, ressocialização e cuidado em liberdade;
- Garantir na Gestão do Trabalho em saúde: a) carreira pública nacional; b) desprecarização dos vínculos de trabalho; Revisão da formação acadêmica (necessidades do SUS); c) redução drástica dos cargos de livre provimento e profissionalização das funções de gestão; d) ampliação e descentralização dos programas de residência; e) fortalecimento das ações de Educação Permanente em Saúde;
- Tornar vedada a comercialização/mercantilização de dados/informações em saúde do SUS;
- Reconstruir políticas de saúde para grupos populacionais vulnerabilizados (*Não há democracia, cidadania e justiça social sem compromisso público de reconhecimento das especificidades e necessidades dessas populações*).

### Gestão, participação e comunicação social em saúde

- Fortalecer a gestão democrática e participativa e os mecanismos existentes de controle social;
- Fortalecer as instâncias de gestão tripartite (comissões intergestores tripartite, bipartite e regional), definindo com clareza as responsabilidades na gestão do SUS entre a União, Estados, Distrito Federal (DF) e Municípios (articulação Interfederativa).
- Respeitar a paridade nos fóruns de decisão e órgãos deliberativos das agências de Estado;
- Subordinar a Agência Nacional de Saúde (ANS) às diretrizes do Ministério da Saúde, bem como retomar a gestão plena da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), cuja gestão orçamentária e financeira está atualmente sob o comando formal do Ministério da Economia;
- Garantir a transparência para as informações de saúde, inclusive no âmbito de um processo de transformação digital 100% público, aderente aos princípios do SUS, tais como descentralização e controle social, com inclusão digital.

Fonte: Elaboração própria

### Contribuição à análise do RF – CNLDS

A análise crítica do Relatório final da CNLDS tomou como referência os comentários feitos por alguns integrantes do movimento sanitário ([CEBES, 2022](#)) às diretrizes do “**Programa de reconstrução e transformação do Brasil**”, apresentado pela coligação “Juntos pelo Brasil”, integrada pelos partidos PT, PSB, PSOL, Rede,

PC do B, PV e Solidariedade, em meados do ano passado, logo no início do debate eleitoral que resultou na vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022.

Buscou-se, assim, analisar a coerência entre as propostas apresentadas no RF-CNLDPS com as análises produzidas pelo Cebes, as quais se fundamentam nos princípios e diretrizes da RSB, coerentemente com a tradição e acumulação histórica do debate em torno das estratégias de mudança da política e da organização do sistema de saúde brasileiro produzidas ao longo dos últimos 46 anos, desde a criação do Cebes, em 1976 (CAMARGO *et al.*, 2016).

Neste sentido, constata-se que o RF-CNLDPS reforça temas centrais que fundamentam o **projeto sócio-político do movimento sanitário**, como a relação entre Saúde e Democracia e a defesa do SUS “100% público”, tratando de atualizar as propostas estratégicas que apontem na direção do “SUS democrático” (PAIM, 2023), levando em conta as mudanças necessárias nas diversas dimensões do “SUS real”, em função das políticas adotadas pelos governos neoliberais, principalmente nos últimos anos (TEIXEIRA E PAIM, 2018).

Além disso, incorpora temas que ganharam visibilidade nos últimos anos, como por exemplo a crise climática e as demandas e reivindicações emanadas dos movimentos sociais contemporâneos, a exemplo das lutas pela terra, pela reforma urbana, em defesa dos direitos humanos de segmentos populacionais subalternizados (periféricos) e ainda o reconhecimento das vulnerabilidades de grupos específicos, como os povos indígenas, a população negra, a população LGBTQIA+ e outros (ESPERIDIÃO *et al.*, 2023). Com relação às políticas e programas específicos desenvolvidos pelo SUS, propõe a retomada do Mais Médicos, o fortalecimento e valorização do Programa Nacional de Imunizações, o aprimoramento da gestão, e a valorização e formação de profissionais e trabalhadores/as de saúde.

Comparando, também, o conteúdo do RF-CNLDPS com as propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho da Transição na Saúde (MOURA, RIBEIRO e TEIXEIRA, 2023) constata-se que o RF avança com uma série de propostas relativa



a temas que foram insuficientemente contemplados no relatório do GT Transição, a exemplo da Gestão do Trabalho e da Educação em saúde e da relação entre o MS e as agências reguladoras (ANS e ANVISA). Nesse particular, o RF-CNLDS defende a retomada da gestão plena da ANVISA, a necessidade de subordinação da ANS ao MS, enfatiza a importância do ressarcimento ao SUS por parte das Operadoras de Planos de Saúde e propõe a revisão das atuais normas que permitem a renúncia fiscal (subsídio ao mercado).

Chama a atenção o fato de que o RF-CNLDS indica a necessidade de uma efetiva regulação do setor privado na saúde, mas não critica diretamente a privatização e a terceirização dos serviços no SUS através da adoção dos modelos alternativos de gestão dos serviços (Organizações Sociais de Saúde - OSs, Parcerias Público-Privadas - PPPs), tema que também está ausente do relatório do GT Transição. Cabe destacar, entretanto, que esse tema aparece no Anexo 1 do RF, porquanto foi debatido na Conferência de Minas Gerais, preparatória à CNLDS.

### Considerações finais

A análise do RF-CNLDS, em que pese as limitações decorrentes da ênfase no documento final, sem uma análise detalhada das proposições encaminhadas à CNLDS por dezenas de organizações, as quais constam do anexo do RF, evidencia que a mobilização das entidades do movimento sanitário e instituições vinculadas ao campo da Saúde Coletiva em torno da criação da Frente pela Vida no contexto pandêmico tem propiciado um certo reencontro da RSB com a sociedade civil e com a tradição crítica do campo da SC (PAIM; ALMEIDA-FILHO, REIS, 2023).

Nessa perspectiva, o Relatório da CNLDS aponta um fortalecimento do **projeto da RSB**, mantendo-se a coerência com princípios e diretrizes originários, fundamentadas na concepção ampliada de Saúde (ALMEIDA-FILHO e PAIM, 2023), na defesa da Democracia e do Direito universal à saúde, no fortalecimento do SUS constitucional e na ampliação e aprofundamento da participação e controle social das

políticas de saúde em todos os níveis do sistema. Além disso, a criação da FPV evidencia uma ampliação e diversificação da **composição política** do movimento sanitário, processo que se articula com a revitalização da luta pela Democracia, em um contexto de ascensão da ultradireita no mundo e no Brasil, expressando, assim, a resistência de setores organizados da sociedade face ao golpe jurídico-parlamentar e midiático que proporcionou as condições para a ocupação do poder executivo por um governo neoliberal (na economia), autoritário (na política) e conservador (nos costumes) nos últimos quatro anos.

Apesar de derrotado nas urnas, a permanência e articulação das forças que sustentaram o retrocesso civilizatório que o país vivenciou nos últimos anos exige mobilização constante dos setores democráticos, porquanto, a atual correlação de forças não parece favorável a grandes avanços (NOBRE, 2022), inclusive na saúde (PAIM, 2023). Nesse sentido, cabe destacar a atual mobilização nacional em torno da preparação e realização da [17ª Conferência Nacional de Saúde](#), programada para 2-5 julho em Brasília, para o qual o movimento sanitário tem contribuído efetivamente, através da realização de conferencias livres, a exemplo da Conferencia livre do CEBES, que incluiu em sua agenda o debate em torno de projeto de nação que contempla a defesa do Estado democrático de direito e a revitalização do processo de RSB.

## Referências

ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva et al. Plano Nacional de enfrentamento à pandemia da Covid-19. Versão 3. Portal Frente pela Vida, 01 dez. 2020. Disponível em: [https://frentepelavida.org.br/uploads/documentos/PEP-COVID-19\\_v3\\_01\\_12\\_20.pdf](https://frentepelavida.org.br/uploads/documentos/PEP-COVID-19_v3_01_12_20.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Notícias. 2023. [acessado em 2023 mai 09]. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/categoria/noticias/>. Acesso em: 09 mai. 2023.

ALMEIDA-FILHO, N. de. PAIM, J. S. Conceitos de Saúde: atualização do debate teórico-metodológico. In: PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. (org.). *Saúde coletiva: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Med Book, 2023. p. 21-34.

CAMARGO, A. T. da S. P; COSTA, A.M; LOBATO, L. de V.C; SOPHIA, D. C. (Organizadoras). *Cebes 40 anos: memórias do futuro – Rio de Janeiro: Cebes, 2016. 404 p.* Disponível em: [http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2017/07/Cebes\\_40\\_web.pdf](http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2017/07/Cebes_40_web.pdf). Acesso em: 10 mai. 2023.

CEBES. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Cebianos analisam as Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil. 24 jul 2022 [Citado em 11/05/2023]. Disponível em: <https://cebes.org.br/cebianos-analisam-programa-de-reconstrucao-e-transformacao-do-brasil/29154/>.

CEBES. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Cronologia das ações da Frente pela Vida. 2023. [acessado em 2023 Mai 10]. Disponível em: <https://cebes.org.br/acompanhe-a-cronologia-das-acoes-da-frente-pela-vida/25683/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

ESPERIDIÃO, M. A; TEMOTEO-DA-SILVA, B.; BARROS, L. D. V.; TEIXEIRA, C. F. Participação e Controle social do SUS. In: PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. (org.). *Saúde coletiva: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Med Book, 2023. p. 241-257.

FPV. Frente pela Vida. Notícias. 2023. Disponível em: <https://frentepelavida.org.br>. Acesso em: 10 mai. 2023.

FPV. Frente pela Vida. Relatório Final da Conferência Nacional Livre Democrática e Popular de Saúde. Em defesa da Vida, da Democracia e do SUS. Diretrizes para a Política de Saúde no Brasil. 08 mar 2023. Disponível em: <https://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio-Final-2023-da-Conferencia-Nacional-Livre-Democratica-e-Popular-de-Saude.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL 2022 (Brasil), Relatório Do Grupo Técnico de Saúde Produto 2 | Relatório Final. Brasília, dezembro de 2022. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/images/noticias/2023/GTsaude\\_Relatorio\\_Final\\_1.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/noticias/2023/GTsaude_Relatorio_Final_1.pdf). Acesso em: 10 mai. 2023.

MOURA, R.; RIBEIRO, C.; TEIXEIRA, C. ANÁLISE CRÍTICA DO RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA TRANSIÇÃO NA SAÚDE. 2023. Disponível em:

<https://observatorio.analisepoliticaemsaude.org/debate/558ab438-5196-4aa6-bc4d-0968498b84d7/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

NOBRE, M. Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro. *Todavia*. 2022. 320p.

SANTOS, M.A dos. OLIVEIRA, W.A de; OLIVEIRA-CARDOSO, É.A de. Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade Trans em tempos de pandemia de Covid-19. *Psicol Soc* [Internet]. 2020;32:e020018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240339>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SANTOS, J.S., TEIXEIRA, C.F.S. Análise política da ação do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira na pandemia da Covid-19: 2020-2021. *Cien Saude Colet* [periódico na internet] (2022/Set). Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/analise-politica-da-acao-do-movimento-da-reforma-sanitaria-brasileira-na-pandemia-da-covid19-20202021/18513?id=18513&id=18513>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PAIM, JS. Conferência Livre do Cebes e Aben. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oXvhTXjOZxc&t=15s>. Acesso em: 11 mai. 23.

PAIM, JS; ALMEIDA FILHO, N; REIS, CR. Reforma Sanitária Brasileira em perspectiva e o SUS. In: *Saúde Coletiva: Teoria e Prática*. Paim & Almeida Filho (Orgs). 2ºEd. Rio de Janeiro: Editora: Med Book. 2023. p.203-210.

TEIXEIRA, C. F. de S; PAIM, J. S. A crise mundial de 2008 e o golpe do capital na política de saúde no Brasil. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe2, p. 11-21, Oct. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042018000600011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000600011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 jul. 2023.